

UCRÂNIA E GROENLÂNDIA EM FINS DE JANEIRO DE 2026

A Groenlândia, pivô estratégico de recursos e rotas, reflete o declínio da hegemonia dos EUA; em um mundo de conflitos crescentes, a força bruta dita a nova ordem global, ignorando a “ordem baseada em regras”.

Gabriel Camilli*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Há poucos dias, afirmamos no Blog Velho General: “Pode-se dizer que os conflitos e lutas atuais podem ser explicados, em grande parte, como desafios à hegemonia dos EUA projetada internacionalmente, entrelaçados com interesses regionais. Na Ucrânia, vemos o antagonismo entre a União Europeia e a Rússia, ambos afetados pela crescente influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e no Oriente Médio, onde Israel defende seus interesses contra o Irã. Recentemente, testemunhamos como os laços e a cooperação entre Estados antagonizados pela hegemonia dos EUA convergem na Venezuela, principalmente com o Irã, a China e a Rússia.

Esta intervenção não representa um retorno à ordem. É uma luta para adiar o colapso. Desde o congelamento das reservas russas em 2022, o mundo está em alerta. O dólar não é neutro. É uma arma. E se pode ser usado como arma, pode ser

substituído. Esta medida dá tempo aos Estados Unidos, mas também envia uma mensagem a todos os outros países que consideram a liquidação em ouro ou alternativas ao dólar. O sistema é frágil. Tão frágil que agora exige força para se sustentar.” ([*Desafios à Hegemonia dos EUA*](#), 12 de janeiro de 2026).

“APENAS UMA BATALHA DE CADA VEZ”

Após quase quatro anos de análise e monitoramento da guerra na Ucrânia, podemos concluir que a Rússia acredita na política de *“lutar apenas uma batalha de cada vez”*, o que é sensato para evitar o excesso de ambição imperial, o calcanhar de Aquiles de todas as grandes potências em declínio. Essas potências são propensas à *húbris* (palavra que significa orgulho ou arrogância extremos que frequentemente levam à ruína. Tem origem na mitologia grega antiga, onde se referia ao desafio aos deuses) e ao alcance imperial excessivo, que é aparentemente o que os Estados Unidos estão fazendo, segundo nosso entendimento.

Geoestrategistas proeminentes e respeitados, como o professor John Mearsheimer, e veteranos como o coronel Douglas Macgregor, recomendam cautela e “controle” para evitar tropeços, visto que a questão da Venezuela ainda não foi resolvida, e todo esse espetáculo não se tratava de drogas, mas de petróleo.

É nesse contexto que podemos apontar para a confirmação de um padrão já estabelecido: *“o sistema internacional opera sob uma lógica de confronto estrutural, não de crises passageiras.”* A guerra na Ucrânia continua sendo a principal fonte de instabilidade na Europa; o Oriente Médio permanece em uma trégua frágil, sem solução política visível; e a região da Ásia-Pacífico continua a se deslocar para uma competição aberta, impulsionada pela pressão chinesa. Enquanto isso, como já mencionamos, a doutrina “Donroe” dos EUA tenta se posicionar dentro de sua esfera de influência.

VALOR ESTRATÉGICO

Hoje, queremos abordar o tema da Groenlândia: é a maior ilha do mundo e, ao mesmo tempo, o território menos povoado. Mas o valor estratégico da Groenlândia a torna um ativo altamente valioso, a ponto de Donald Trump ter defendido que os Estados Unidos a comprem ou a adquiram por outros meios. Tudo isso enquanto a Groenlândia é um território autônomo dentro do Reino da Dinamarca. Por ora, tanto o governo dinamarquês quanto o governo autônomo da Groenlândia afirmam

que o território não está à venda.

Vamos lembrar:

1. Como essa ilha se tornou parte da Dinamarca e quais são os interesses dos EUA nela? A Groenlândia tem pouco mais de 56.000 habitantes, a maioria inuítes, anteriormente conhecidos como esquimós. Quase 80% de sua superfície está congelada, e sua população se concentra ao redor da capital, Nuuk, na costa sudoeste. Sua economia é baseada principalmente na pesca e depende fortemente de subsídios do governo dinamarquês, embora nos últimos anos tenha havido um crescente interesse em seus recursos naturais, como elementos de terras raras, ferro e urânio.

No final do século X, exploradores e colonizadores nórdicos chegaram à Groenlândia, mas cinco anos depois seus assentamentos desapareceram. Foi somente em 1721 que o missionário dinamarquês Hans Egede, um pastor luterano vindo da Noruega, financiado pela coroa dinamarquesa, com o objetivo de evangelizar os inuítes e encontrar antigas colônias nórdicas, estabeleceu a missão no que hoje é Nuuk.

Em 1953, foi oficialmente incorporada ao Reino da Dinamarca, e seus habitantes se tornaram cidadãos dinamarqueses. Em 1979, a Groenlândia adquiriu o estatuto de território autônomo após um referendo em que o governo local assumiu grande parte dos poderes, e 30 anos mais tarde, outro referendo expandiu esses poderes e abriu caminho para uma possível independência da Groenlândia.

Entretanto, digamos que o interesse dos Estados Unidos na Groenlândia não é novidade; para começar, a ideia de os EUA comprarem novos territórios também não é nova. Em 1803, compraram a Louisiana da França, em 1819 a Flórida da Espanha e em 1867 o Alasca da Rússia. Chegaram até a comprar um território da Dinamarca em 1917: as Índias Ocidentais Dinamarquesas, ilhas no Caribe que ficaram conhecidas como Ilhas Virgens Americanas. Quando adquiriu o Alasca, Washington também considerou comprar a Groenlândia da Dinamarca, e a ideia persistiu por décadas até a Segunda Guerra Mundial. Então, a Alemanha de Hitler ocupou a Dinamarca, e os EUA reagiram assumindo o controle da Groenlândia.

Mas a presença militar americana lá não terminou com a guerra. Mesmo em 1946, o

então presidente Harry Truman ofereceu à Dinamarca US\$ 100 milhões em barras de ouro para comprar a Groenlândia, o equivalente a mais de US\$ 1 bilhão hoje, embora a oferta tenha sido rejeitada pelo governo dinamarquês. Quando a Dinamarca percebeu que os militares dos EUA não iriam deixar a Groenlândia, assinou um acordo com os Estados Unidos em 1951, regulamentando sua presença na ilha. Washington manteve ali elementos de seu sistema de alerta antecipado de mísseis e a base aérea de Thule, agora chamada Estação Espacial Pituffik.

EXPANSIONISMO

Há vários meses, Trump vem expressando suas intenções expansionistas, referindo-se a múltiplos objetivos. Ele disse que o Canadá deveria se tornar o 51º estado dos EUA. Chamou o Canal do Panamá de “Canal dos Estados Unidos” e sugeriu renomear o Golfo do México para “Golfo da América”. Mas nenhum território parece ser tão cobiçado quanto a Groenlândia, e Trump chegou a ameaçar impor tarifas à Dinamarca caso ela não cedesse às suas exigências.

2. O que há de tão especial nessa enorme ilha? Primeiro, sua posição estratégica. Durante a Segunda Guerra Mundial, a ilha representou uma forma de conter o avanço global dos nazistas e, durante a Guerra Fria, serviu para controlar as rotas marítimas entre a Europa e a América do Norte. Além disso, a Groenlândia é muito rica em recursos naturais.

Segundo alguns relatórios, a ilha possui depósitos de 38 minerais incluídos na lista de materiais essenciais elaborada pela Comissão Europeia. Não só existem altas concentrações de minerais como cobre, grafite, nióbio, titânio e ródio, como também grandes depósitos dos chamados elementos de terras raras, alguns dos quais são essenciais na fabricação de motores de veículos elétricos e turbinas eólicas.

Como o geólogo Adam Simon, geólogo e professor da Universidade de Michigan, disse à *BBC*, a Groenlândia pode conter até 25% de todos os recursos mundiais de elementos de terras raras. E o controle desses elementos também tem enorme valor energético. Atualmente, as duas empresas de mineração que trabalham com elementos de terras raras na Groenlândia são australianas, mas uma delas tem uma empresa estatal chinesa como investidora. A China domina claramente o mercado de terras raras.

Ela é responsável por cerca de um terço das reservas conhecidas, 60% da extração e 85% do processamento desses produtos. É por isso que a China busca há muito tempo aumentar sua presença na Groenlândia. Por exemplo, empresas chinesas tentaram construir pelo menos dois aeroportos na ilha, embora tenham sido preteridas por empresas dinamarquesas. Para Trump, o controle desses elementos de terras raras é considerado fundamental para a segurança nacional dos EUA, portanto, o controle e a influência sobre a Groenlândia podem ser uma questão central na política internacional nos próximos anos.

É evidente que o retorno de Trump à Casa Branca levou as relações transatlânticas entre os Estados Unidos e a Europa ao seu ponto mais baixo, provavelmente desde o período pós-guerra. A gota d'água foi sua ameaça de impor tarifas punitivas a qualquer um que se opusesse aos seus planos de adquirir a Groenlândia, um território soberano dinamarquês.

O presidente dos EUA escreveu que, a partir de 1º de fevereiro, tarifas de 10% seriam impostas à Dinamarca, Noruega, Suécia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda e Finlândia. *“A partir de 1º de junho de 2026, essas tarifas aumentarão para 25%”,* declarou o magnata, afirmando que os impostos seriam pagos *“até que um acordo seja alcançado para a compra total da Groenlândia”*. Mas, alguns dias depois, ele recuou: Trump anunciou um acordo com o secretário-geral da OTAN, Mark Rutte, sobre a Groenlândia, que seria *“muito bom para os Estados Unidos e todos os países da OTAN”*, e suspendeu a ameaça de tarifas contra oito países europeus, que entrariam em vigor em 1º de fevereiro.

É interessante notar as observações do analista argentino Ricardo Auer: *“Há três meses, um navio porta-contêineres chinês, sem a ajuda de um quebra-gelo, cruzou o Ártico entre a China e a Inglaterra em apenas 20 dias, um recorde ainda não igualado por nenhuma outra embarcação comercial. Como já explicamos, devido aos efeitos do aquecimento global, essa nova rota marítima é muito mais barata e duas vezes mais rápida do que as rotas tradicionais, como o Canal de Suez ou o Cabo da Boa Esperança. Isso a torna um dos principais epicentros geopolíticos. Durante quase três meses no verão, o vasto Oceano Ártico torna-se altamente navegável para o comércio e para o acesso a territórios com recursos naturais inexplorados. Nos últimos anos, os países com litoral nesse oceano intensificaram suas reivindicações territoriais, e todas as grandes potências buscam influenciar as decisões relativas a essas questões.”*

Sem dúvida, podemos acrescentar outro fator determinante à questão da Groenlândia: as passagens pelo Ártico são um verdadeiro incentivo para as companhias de navegação. Elas oferecem uma vantagem difícil de ignorar: encurtam distâncias e evitam travessias congestionadas.

EM CONCLUSÃO

Ucrânia e Groenlândia: a divisão transatlântica se aprofunda. A sensação de urgência se intensifica para os europeus em duas frentes simultâneas: a Ucrânia e o Ártico, pressionados pela pressão de Washington sobre a Groenlândia e pelo retorno da ameaça de tarifas como instrumento de coerção.

Assim, no final de janeiro de 2026, a palavra “paz” circulava novamente nos escritórios europeus no início deste ano turbulento. Depois de quase quatro anos de guerra, a Ucrânia entrou em uma fase de diplomacia acelerada, sem um fim claro à vista.

Mas o cenário se ampliou, e agora outra corrida se soma a esta: a necessidade de conter o conflito transatlântico iniciado por Donald Trump na Groenlândia e sua ameaça de aumento de tarifas.

“A Groenlândia, essa imensa extensão de gelo e minerais, tornou-se, portanto, mais do que apenas um território remoto. É um espelho do mundo emergente: uma ordem internacional cada vez menos regida por regras e cada vez mais pela força. O que acontece em seus fiordes e bases militares pode prenunciar, melhor do que qualquer discurso, como será a política global nos anos vindouros.”

Publicado no [La Prensa](#).

***Gabriel Camilli** é coronel mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.
